



A influência do neoliberalismo no processo de privatização da educação profissional no Brasil

The influence of neoliberalism on the privatization process of professional education in Brazil

Luis Adriano Fermow
Universidade federal de Rondônia
Cacoal-Brasil

Marilsa Miranda de Souza
Universidade federal de Rondônia
Porto Velho-Brasil

Resumo

Este trabalho visa analisar a influência do ideário neoliberal nas políticas educacionais. Trata-se do recorte de uma pesquisa que analisa como as políticas educacionais de oferta de Educação Profissional são direcionadas a instituições privadas. É o ideário neoliberal questionando a atuação do Estado na educação e direcionando políticas orientadoras de oferta de Educação Profissional à iniciativa privada. Tais apologias neoliberais e globalizantes inferem sobre a incapacidade de atuação do Estado e apregoam um enaltecimento da iniciativa privada. Busca-se, então, conceituar e dimensionar os termos desestatização e privatização, suas características ideológicas e sua materialidade. Conclui-se, nesse sentido, que são inúmeras as contradições presentes nesse discurso neoliberal que propala a qualidade, a empregabilidade e outros engodos midiáticos, mas a materialidade privatista se mostra totalmente inversa ao discurso neoliberal.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação Profissional; Privatização.

Abstract

This paper aims to analyze the influence of neoliberal ideology on educational policies. It is an excerpt from a research that analyzes how educational policies for the provision of Professional Education are directed to private institutions. It is the neoliberal ideology questioning the role of the State in education and directing policies to guide the provision of Professional Education are directed to private institutions. Such neoliberal and globalizing infer about the State's inability to act and proclaim an exaltation of private initiative. It is then sought to conceptualize and dimension the terms privatization and privatization, their ideological characteristics and their materiality. It is concluded, in this sense, that there are countless contradictions present in this neoliberal discourse that propagates quality, employability and other media deceptions, but the privatist materiality is totally inverse to the neoliberal discourse.

Keywords: Neoliberalism; Professional Education; Privatization.

Introdução

O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado defendida em 2018, que aborda “[a] privatização do ensino profissional, focando especialmente no PRONATEC e sua aplicação no sul de Rondônia” (Fermow, 2018). Sua proposta é apresentar e levantar uma discussão sobre conjecturas relacionadas à oferta de Educação Profissional no Brasil. Inicialmente, esse debate apresenta proposições referentes à influência do neoliberalismo no processo de privatização da educação no Brasil.

A princípio, a fundamentação teórica partiu de conceptualizações acerca do neoliberalismo, resgatando princípios do liberalismo clássico. Nessa lógica, sua ideologia questiona o papel do Estado em diferentes setores da economia, propondo uma reestruturação que privilegia a eficiência do mercado em detrimento da atuação estatal. Apresenta-se, também, nesta investigação, como o neoliberalismo, propagado como solução para as falhas do Estado, impõe uma reconfiguração das funções públicas, promovendo a desestatização e a privatização. Tal enfoque visa analisar como a ideologia neoliberal cria mecanismos para moldar as políticas públicas favorecendo o setor privado em detrimento do papel do Estado.

Nesse contexto, a predisposição privatista da educação no Brasil revela uma dinâmica de favorecimento do setor privado, o que ocorre com o apoio do próprio Estado, materializado por meio de leis e em programas de governo voltados à educação profissional - EP. A própria expansão do mercado educacional, financiada por políticas públicas, reflete um cenário histórico marcado pela criação de programas que materializam tanto a desestatização quanto a redução do papel do Estado, tão prescritas pelas concepções neoliberais. Segundo Pires e Barbosa (2024) as estratégias neoliberais se materializam através do empresariamento da educação, impondo sua lógica privatista aos processos educacionais.

Além disso, esse movimento neoliberal tende a ofertar, às diferentes formas de privatização, uma resposta inevitável para a globalização. No entanto, essa lógica provoca a erosão dos direitos sociais, transformando serviços públicos essenciais em mercadorias. Diante disso, privatizações, concessões, terceirizações e parcerias público-privadas têm sido os principais instrumentos para o desmonte das políticas públicas, impactando

diretamente setores como a educação, onde o Estado, ao se retirar, abre espaço para as diferentes formas de privatizações.

Como já exposto, este artigo é um recorte de uma pesquisa que evidenciou a materialidade privatista da EP. Na ocasião a investigação foi realizada sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em municípios do sul do estado de Rondônia. Já neste estudo, alçamos uma discussão sobre como ideários neoliberais estabelecem normas e orientam as políticas voltadas para a iniciativa privada em prejuízo da ação estatal. Buscamos destacar o quão os princípios neoliberais moldam e orientam a atuação do Estado.

Como método investigativo e analítico, optamos pelo Materialismo Histórico-Dialético como base epistemológica adequada para pesquisa voltada à compreensão da influência Neoliberal na EP. Gomide, (2013, p.03) nos ajuda a compreender o método materialista:

Criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Conceitualmente, o termo *materialismo* diz respeito à condição material da existência humana, o termo *histórico* parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo *dialético* tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história.

Assim, acreditamos que, sob o Materialismo-Histórico-Dialético, base teórico-epistemológico de pesquisa e análise, seja possível construir uma explicação mais concreta das contradições do objeto pesquisado e ir além do olhar unilateral e fragmentado da realidade (Masson, 2012). Para Saviani e Duarte (2012) pensar dialeticamente não é pensar as contradições e sim por contradições, essa é uma forma de pensar de Marx, uma exigência do método dialético. Desse modo, a pesquisa sugere uma análise histórica das contradições presentes nas políticas de Estado, buscando ir além das aparências fenomênicas. Conforme (KOSIK, 2002, p.52) só podemos alcançar a essência do fenômeno investigado “quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social”. Dessa maneira, por meio do método do materialismo histórico-dialético, trilhamos um percurso investigativo para compreender a problemática enraizada na essência do discurso neoliberal, tendo

como fontes as referências bibliográficas, documentos da pesquisa e Dissertação de mestrado (Fermow, 2018,) que possibilitaram reconstruir – ou mesmo descortinar – o aparente discurso, ir além de conceitos e números e relevar a real influência neoliberal na EP.

Nesse caminho, buscaremos apresentar a verdadeira intenção privatista promovida pelo ideário liberal que se camufla em diferentes nuances desestatizantes e sobrepõe a incapacidade do estado ao enaltecimento da iniciativa privada.

Para a respectiva análise, este artigo está organizado em quatro partes. Na primeira, discute-se o ideário liberal, a globalização, a redução do papel do estado e a execução de políticas públicas. A segunda parte, por sua vez, analisa as diferentes nuances da materialidade privatista. Conceitua-se, portanto, os termos desestatização e privatização e outros desdobramentos que exemplificam a materialidade neoliberal privatista. Na terceira parte, intitulada “A privatização da educação profissional no Brasil”, exemplifica-se como a privatização acontece na atuação do Estado, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento da Educação Profissional. De caráter conclusivo e junto com as considerações finais, busca-se desconstruir a ideia falaciosa neoliberal que incube à iniciativa privada o papel de “salvadora” da educação profissional. Por isso, é preciso relevar as contradições, ir além das falácias da meritocracia, da empregabilidade, da teoria do capital humano, entre outros engodos neoliberais, e revelar a real essência, que é a manutenção da privatização da Educação Profissional no Brasil.

Neoliberalismo e a redução do papel do estado

O neoliberalismo representa a materialidade do liberalismo clássico reformulado sob os mesmos princípios, mas sob novos mecanismos internos do mercado. Nessa perspectiva, todas as orientações neoliberais estão voltadas para o questionamento do papel do Estado nos diferentes setores da economia. Para Lombardi (2012, p. 80), “[...] o neoliberalismo e a globalização tiveram expansão em todo o mundo, ditando as políticas orientadoras da economia, da sociedade, da política, das relações internacionais e da cultura na maioria dos países, em todos os continentes”. Então, é importante destacar que há fortes interferências no campo da educação. Isso porque o próprio uso do termo globalização tende a suavizar as perversidades fenomênicas impostas pelos Estados imperialistas aos países semicoloniais. Ambos os termos são, segundo o mesmo autor, instrumentos ideológicos dessa fase do capital financeiro e especulativo.

Concordamos com Lombardi (2012, p.90) ao afirmar que “[...] o neoliberalismo foi tomado como a panaceia ideológica da burguesia para todos os males da modernidade” e que este, aliado aos meios de comunicação em massa, passa a propagandear a suposta eficiência do mercado em detrimento do papel do Estado na execução de suas atribuições. Assim, o neoliberalismo aparece como remédio a fim de curar os males provados pela atuação do Estado. Para Souza (2010, p. 118),

[...] o setor privado passa a ser tratado com superioridade sobre o público, considerado como ineficiente e atrasado. O Estado passa a ser retratado como um elefante, grande, pesado, vagaroso. Essa superioridade do setor privado como agente “empreendedor”, racional e impulsionador do crescimento econômico estendeu-se para todas as áreas sociais.

Apologistas dessa ideologia econômica e política reforçam a necessidade de liberdade do mercado em detrimento da atuação do Estado. Segundo Souza (2010, p.117), a ofensiva liberal tem como meta “[...] disseminar pelo mundo um novo modelo de reestruturação do capitalismo conhecido como neoliberalismo, que nada mais é do que a materialização da agonia do imperialismo em sua fase superior em decorrência de seu processo de decomposição”. Esse modelo aponta para a necessidade de uma reestruturação produtiva e para a necessidade de novas formas de atuação do próprio Estado. Isso porque se trata da aplicação dos princípios do liberalismo clássico sob um novo cenário econômico de crise, já que essa é a própria da fase final do imperialismo, conforme Souza (2010).

A globalização é apresentada como a internacionalização e a integração da economia em escala mundial. Deflagra-se como a saída para os problemas sociais, devido ao caráter humanitário atribuído aos discursos. Entretanto, o que se vê é um processo de homogeneização da cultura produtivista. Assim, a “[...] adoção de projetos de capitalismo transnacionalizado, fortemente determinados pelos processos e as estruturas predominantes no capitalismo global” (Ianni, 1999, p. 131) é que determinam a globalização. Trata-se, também, segundo Leher (1999), da mundialização do capital, da era do mercado que se introduz em todas as instâncias estatais.

Nesse sentido, a globalização passa a ser um discurso de negação dessa fase econômica denominada por Lênin (2011) como imperialista. “A globalização nada mais é que a fase final do imperialismo, quando há uma super concentração de capital com dimensão mundial, o que significa maior exploração e violência sobre os seres humanos e

a natureza” (Souza, 2010, p. 41). Também, de acordo com Lombardi (2012), essa nova fase econômica/social denominada como neoliberal está marcada por relações globais em todos os âmbitos da vida social; eis o motivo de denominá-la de globalização a partir de formulações específicas, a fim de adequar o Estado a essas novas necessidades de unificar o mercado.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003a), as políticas de globalização tencionam o Estado a reduzir seu papel, e aí incorrem discursos sobre Estado mínimo, reengenharia do Estado, reestruturação produtiva, sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento, qualidade total, busca pela empregabilidade, entre outras abordagens, cuja função implícita é justificar a necessidade de reformas profundas no aparelho do Estatal e nas relações capital/trabalho. “Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatistas, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial” (Frigotto; Ciavatta, 2003a, p. 106). Nesse novo tempo em que a competitividade é absoluta, o Estado e a própria sociedade são obrigados a ajustar-se aos desígnios do capital internacional e às leis de mercado que tenciona todo sistema educacional.

Nessa lógica, o Estado prestador de serviços à sociedade entra em crise e, por meio da reprodução do discurso da ineficiência, tem sido estimulada sua substituição por uma administração mercadológica gerencial com liberação e incentivo à iniciativa privada. “O Estado, de agente de desenvolvimento, se transforma em seu obstáculo. [...] o processo de globalização [...], impôs uma pressão adicional para a reforma do Estado” (Bresser Pereira, 1997, p. 14). É, portanto, a economia impondo, por meio dos organismos internacionais, uma estrutura funcional/organizativa do papel estatal para a transferência de suas responsabilidades para a iniciativa privada.

Sob a égide do neoliberalismo, como teoria ideológico-política, defende-se a diminuição substancial da participação do Estado na economia, dando liberdade ao comércio e propagando sua eficiência. É, então, atribuída ao Estado a responsabilidade pela crise econômica e, contudo, é sugerido que ele se retire dos negócios e deixe o caminho livre para o setor privado, que é “mais eficiente”, já que, dependendo da sua interferência na economia, acaba prejudicando os negócios. Ianni (1999, p.132) esclarece que, “[...] sob o neoliberalismo [, o] Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes

em escala mundial”. Nessa perspectiva, o reducionismo do Estado é a saída para o livre mercado que abre as portas para uma política de privatizações de empresas estatais, além de estimular uma livre circulação e entrada de capitais internacionais. Desse modo, por vezes em caráter de imposição, inúmeros países devem fazer ajustes da legislação em favor da iniciativa privada.

Além do mais, a desestatização/privatização, sob o prisma da ideologia neoliberal globalizada, em seus diferentes vieses, alimenta a possibilidade da eficiência da atuação privada em detrimento da atuação Estatal. Nota-se, então, a desestatização enquanto essência e a privatização como materialidade do processo de retirada do Estado na oferta de serviços essenciais. Esse é o discurso neoliberal, por meio do qual o Estado vai aos poucos deixando de lado a execução de alguns serviços públicos e transferindo-os à iniciativa privada, fato que se faz muito presente quando olhamos para a oferta da Educação Profissional - EP em diferentes programas no Brasil nos últimos 70 anos.

Assim, a concessão e a desestatização são palavras de ordem nos discursos neoliberais e aparecem como saídas “evolutivas” na promoção da eficiente oferta de serviços à população. Trata-se de promover a desestatização e a desregulação da economia nacional, simultaneamente, visando promover a privatização de empresas produtivas estatais e dos sistemas de saúde, educação e previdência. Além disso, abrem-se os mercados, facilitam-se as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais. Nesse ínterim, muitas conquistas sociais de diferentes categorias operárias e outros assalariados já foram ou estão sendo redefinidas, reduzidas ou mesmo eliminadas, sempre a partir de palavras de ordem tais como "mercado", "produtividade", "competitividade"; com graves prejuízos para os que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver ou sobreviver (Ianni, 1999, p. 130).

Emana-se, de todo esse discurso, palavras como desestatização, privatização, concessões, terceirizações, entre outras que, de certa forma, descaracterizam os ajustes reformistas propostos. Algumas palavras expressam tonalidades abrandadas do processo de desestatização já que, sob o viés da competitividade, da necessidade de um Estado eficiente, aos poucos vai sendo encaminhada a transferência da responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

Esse é o mote ideológico neoliberal globalizado. Ademais, a alocação de uma ineficiência estatal está impregnada em todos os setores da economia e na atuação estatal

no atendimento ao cliente/cidadão. Por conseguinte, a redução do papel do Estado passa a ser o discurso fenomênico ideal para criar sustentação para a materialidade privatista enviesada a todos os setores, inclusive da educação, que abarca uma dos maiores aportes financeiros de atuação estatal, onerando o Estado, que não consegue operar/executar esse serviço com qualidade.

Diferentes nuances que materializam os ideários neoliberais na Educação

Nesta seção, serão apresentadas as diferentes formas de privatização enquanto fenômeno da materialidade da desestatização. Nesta investigação, defende-se que os princípios da desestatização e da privatização assumem, em si, uma via de mão dupla. Parte-se, então, da conceitualização de Amaral Filho (1996), segundo o qual a desestatização apresenta-se em seu caráter ideológico da ausência do Estado e da privatização, em seus diferentes vieses, como materialidade concreta e aplicação dessa ideologia. Para ele, “[o] termo desestatização, como se vê, tem um significado mais amplo [...] do que privatização. A desestatização constitui uma política ampla voltada para a efetiva redução do papel do Estado na vida social e econômica” (Amaral Filho, 1996, p. 45). Já o processo de privatização surge como principal fenômeno do desdobramento da desestatização e acaba por revelar diferentes gradações.

Em um sentido restrito, o conceito de privatização “abrange apenas a transferência de ativos ou de ações de empresas estatais para o setor privado. Esta é a modalidade de privatização disciplinada, no direito brasileiro, pela lei nº 8.031 de 1995” (Di Pietro, 1996, p. 13). Ainda, em seu sentido restrito, a privatização é vista como o fenômeno, visto que pode ser considerada o fato em si, enquanto que sua essência revela o processo desestatizante. Aqui, fenômeno e essência por vezes se confundem. Entretanto, existem outras modalidades de privatização, fenômenos estes que, por vezes veladamente, não revelam sua essência, escondendo, portanto, sua característica desestatizante.

Acredita-se que, na atualidade, considerando as ideias de Di Pietro (1996), é necessário buscar novos desdobramentos do termo privatização, para que se consiga explicar as diferentes nuances das quais a globalização e a ideologia neoliberal podem se utilizar no âmbito do processo de desestatização. Esses novos desdobramentos são envaidecidos como solução para a crise econômica e escondem em sua essência a real transferência dos serviços estatais para a iniciativa privada.

Todos os processos privatizantes, em suas diferentes formas, tendem a reduzir o tamanho do Estado e fortalecer a iniciativa privada (Di Pietro, 1996). Para Di Pietro, em “[...] sentido amplo, é correto afirmar que a concessão de serviços e de obras e os vários modos de parceria com o setor privado constituem formas de privatizar” (Di Pietro, 1996, p. 14). O processo de concessão de serviços públicos é um dos maiores instrumentos de privatização.

[...] a execução do serviço estará entregue a uma empresa privada, que atuará pelos moldes das empresas privadas, livre de procedimentos como concursos públicos, licitação, controle pelo Tribunal de Contas e outros formalismos que emperram hoje a atuação da Administração Pública Direta e Indireta (Di Pietro, 1996, p. 44).

Além do processo de Concessão de serviços públicos, pode-se também considerar como desdobramentos privatizantes os processos de Terceirização dos serviços públicos, as Parcerias Público Privado - PPP e os Convênios com a iniciativa privada para a execução de serviços sociais, sendo este último elemento o mais comum na atualidade

A terceirização, segundo Di Pietro (1996), é muito utilizada no âmbito da iniciativa privada e pela administração pública para a realização de suas atividades. O mesmo autor cita que pode se “[...] definir a terceirização como a contratação, por determinada empresa, de serviços de terceiros para o desempenho de atividades-meio” (Di Pietro, 1996, p. 99). Para Bresser Pereira (1997, p. 19) a “Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio”. No Brasil, a terceirização de atividades-fim tornou-se um debate político muito polêmico entre empresários e representantes dos trabalhadores, ao passo de revelar a precarização, a redução salarial, a flexibilização das leis trabalhistas, entre outras condições de expropriação do trabalhador, exacerbado pelo avanço da globalização e do regime de acumulação do capital e de produção flexível.

As Parcerias Públicas Privadas também se enquadram nesse processo de privatização. De acordo com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o “Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa” (Brasil, 2004, p. 01). Sob um discurso de cooperação entre o ente público e privado, implementa-se uma forma privatizante muito presente na atualidade. É, portanto, importante que haja certa mensuração sobre qual nível de suporte o Estado transfere à

iniciativa privada, a ponto de não ser considerada parceria, mas concessão do serviço ou transferência total dos serviços.

O convênio é outro instrumento utilizado pelo poder público para que o Estado possa associar-se às entidades privadas para execução de serviços públicos, sendo, ao mesmo tempo, um processo de descentralização (Di Pietro, 1996). Como mencionado anteriormente, a descentralização também é um processo de privatização.

Além dos desdobramentos privatizantes já citados, Bresser Pereira (1997) também cita outras formas de privatização. Segundo o autor, além da transferência de propriedade por meio da venda, é preciso incluir, também, outros processos. A interrupção de programas públicos, a descentralização e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas abrem precedentes para a chamada privatização implícita. Assim, o desengajamento se mostra a partir das reduções em volume e da capacidade de oferta de serviços públicos, direcionando indiretamente a uma demanda para o setor privado. Para o autor, pode ser mencionada, também, a chamada privatização por atribuição, na qual as diferentes formas de desregulação permitem a entrada de empresas privadas em setores antes monopolizados pelo governo.

Nesta pesquisa, considera-se que as duas formas citadas por Bresser Pereira são as mais graves. Isso porque a privatização implícita ou por atribuição rebusca a essência do fenômeno, impedindo sua real compreensão em primeiro plano, além de tipificar a ideologia mercadológica do Estado ineficiente. Contudo, apesar de algumas especificidades das formas privatizantes apresentadas, acredita-se que todas elas são congruentes em transferirem, de diferentes formas, a responsabilidade estatal para a iniciativa privada, provocando, assim, inúmeros outros problemas, como a própria qualidade e a insuficiência dos serviços públicos.

Assim, os processos privatizantes aparecem em todos os níveis educacionais e, da mesma forma, tipificam a oferta educacional privada como sendo de melhor qualidade. Esse discurso também está presente dentro da oferta de EP no Brasil na qual, historicamente, a EP é desenvolvida por instituições privadas em diferentes formas privatistas. A própria incidência do Estado na oferta de EP, bem como o enaltecimento de instituições privadas desse setor, justifica o engodo permissionário a essas instituições por diferentes vieses privatistas.

A materialização da privatização da educação profissional no Brasil sob a égide neoliberal

O processo de desestatização da EP no Brasil sempre esteve presente em modos como o Estado oferta a qualificação profissional à população. A privatização, como fenômeno estrito ou até mesmo velado, é marcada por diferentes políticas e medidas que visam transferir a responsabilidade da oferta educacional de educação profissionalizante do Estado para o setor privado.

Diante disso, a presente análise faz um recorte histórico, tendo como base os séculos XX e XXI. Como apresentado nas seções anteriores, é evidente a presença ideológica neoliberal em favor da desestatização, considerando-se que esses princípios privatizantes se expandem intensivamente para todas as esferas da vida social, não de modo linear, mas de forma contraditória, por vezes sutilmente, por meio de estratégias que mascaram esses princípios.

Uma das primeiras evidências privatistas foi a criação do SENAI (Decreto-Lei nº 4.048/1942) e do SENAC (Decreto-Lei nº 8.621/1946). Esses decretos transferiram a responsabilidade da formação profissional ao setor produtivo, eliminando o Estado do papel central na oferta de ensino profissionalizante. Essa configuração reforçou a lógica privatista da EP, criando um modelo corporativo, inclusive, a própria formação profissional, condicionada aos interesses patronais, ligados ao mercado de trabalho e à formação de Capital Humano.

Essa configuração reforçou um modelo dual de ensino, na qual a formação técnica era destinada majoritariamente à classe trabalhadora, com foco na inserção rápida no mercado de trabalho, enquanto o ensino acadêmico permanece prioritariamente acessível às elites. Esse modelo antecipa a precarização e a privatização da educação profissional, uma vez que transfere do Estado para a iniciativa privada a oferta da EP.

Na segunda metade do século XX, no período militar e vigência da LDB 5.692/71 (Brasil, 1971), houve um projeto desenvolvimentista, conhecido como Milagre Econômico, que alavancou um grande processo de industrialização, demandando mão de obra qualificada para esse desenvolvimento. Na ocasião, a oferta de EP foi uma resposta dada “[...] às demandas educacionais das classes populares, mas que pudesse atendê-las. Utilizou-se, então, da via da formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, o que garantiria a inserção no mercado de trabalho” (Moura, 2007, p. 12). O discurso voltado para

a empregabilidade propagou-se devido à emergente necessidade industrial que estava em evidência, pois, logo no início, o “milagre econômico” demandou uma grande quantidade de mão de obra na crescente infraestrutura no Brasil.

A própria LDB 5.692/71 (Brasil, 1971) em seu artigo 5º, afirma que o currículo terá o objetivo de sondagens de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau e de habilitação profissional no 2º grau. Segundo Moura (2007), a forma como era conduzida, em nível de segundo grau, essa profissionalização compulsória empobrece a formação geral do estudante em favor de uma profissionalização instrumentalista. Do outro lado, a baixa qualidade de oferta, aliada à demanda por qualificação profissional, abria-se para que instituições privadas oferecessem cursos profissionalizantes em áreas mais promissoras, desqualificando a oferta estatal.

Com a concomitância obrigatória entre o Ensino Médio e a EP, além da LDB 5.692/71, a escola pública acabou limitando-se a oferecer algumas profissionalizações juntamente com o Ensino Médio que, em suma, não tinha domínios e acabava rebaixando o nível de formação disponibilizado pela escola pública. A ausência completa do Estado ou mesmo a restrição na oferta de cursos propalados com alta empregabilidade, representam estratégias que, de forma velada, favorecem a privatização desses segmentos, conforme aponta Di Pietro (1996). Quando o setor público reduz investimentos e limita a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, cria-se um aspirador que é rapidamente preenchido por instituições privadas, que passam a dominar esse espaço.

Esse processo ocorre de maneira indireta, sem necessariamente uma privatização formal ou explícita, mas por meio da transferência gradual da responsabilidade da formação profissional para entidades privadas. Isso pode ser aplicado na crescente dependência de parcerias público-privadas, no financiamento de instituições particulares por meio de subsídios governamentais. A consequência dessa política é a segmentação da educação, em que a formação técnica fica sujeita às lógicas mercadológicas, tornando-se um serviço acessível apenas para aqueles que podem pagar ou submeter os estudantes a programas que atendem prioritariamente às demandas do setor produtivo, em detrimento de uma formação integral e crítica. Assim, o Estado, ao se omitir, legitima a mercantilização da educação profissional.

Por sua vez, as instituições privadas introduziram cursos com viés mais técnico/prático em detrimento dos cursos ofertados pela escola pública, que traziam uma

abordagem mais teórica. Moura (2007, p.14) situa a esse respeito que “[...] esse contexto contribuiu para gerar um ciclo negativo, o qual ainda não foi rompido, de deterioração da escola básica pública brasileira e que reforça a dualidade entre educação básica e educação profissional” e a banalização de algumas profissões naquele momento que legitimou a presença da dualidade no ensino profissional brasileiro.

Com a redemocratização, por meio da LDB 9.394/96 e por diferentes decretos, os organismos internacionais em meio a política liberal, propagava a redução do Estado em algumas de suas atribuições, dentre elas a sua atuação na área educacional. O Estado deveria deixar que o próprio mercado atuasse e regulasse a economia. Nesse mesmo sentido, ao passo que o Estado recebia empréstimos de Organismos Internacionais, estes influenciavam diretamente os investimentos e as políticas educacionais desses Estados. Esse processo ocorreu por meio da imposição de diretrizes e condicionantes que orientavam a alocação de recursos e a formulação de reformas no sistema educacional, alinhando os interesses econômicos e produtivos. Dessa forma, os países individualizados viam-se obrigados a seguir recomendações que, muitas vezes, priorizavam a formação de mão de obra para o mercado em detrimento de uma educação pública universal e de qualidade.

Sob essa conjuntura globalizada e neoliberal, o Estado foi direcionado a reduzir investimentos e concentrar sua atuação apenas como órgão assistencialista, desenvolvendo políticas direcionadas e compensatórias, com o propósito de apenas reduzir o contraste entre as classes sociais na manutenção de um estado de bem estar social. Essas recomendações internacionais assumidas em acordos internacionais já expunham a ineficiência da aplicação dos recursos pelo Estado e a eficiência das empresas privadas (Banco Mundial, 2017). Assim, vê-se, implicitamente, a influência do neoliberalismo no processo de privatização da educação profissional no Brasil.

Para Leher (1998, p. 85), “[a] reforma dita estrutural do sistema educacional constitui um dos pilares ideológicos do neoliberalismo, cabendo à Educação o precioso papel de prover essa ideologia, tão redutora de direitos sociais e do trabalho, de brechas para o futuro das pessoas”. É, portanto, por meio da educação e da ideologia neoliberal que são propagados o discurso do Capital Humano, da empregabilidade, do sucesso por meio da qualificação.

Nesse sentido, a EP caminha sob toda essa estrutura capitalista e conjuntural sob os ditames da política imperialista. A oferta de Educação Profissional representa a própria fragmentação de ações que envolvam o desenvolvimento de qualificação do trabalhador. Por conseguinte, em diferentes períodos e governo foram criados programas que propunham a formação profissional que em sua exequibilidade materializam o viés privatista da EP. Para que se possa citar, tem-se a “Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO”, criada no governo do presidente João Goulart por meio do Decreto nº 53.324, de 18 de dezembro de 1963 (Brasil, 1963) como um dos primeiros programas de qualificação profissional; O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, que surgiu em 1995, no período dos dois mandatos de FHC; o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PNQ, criado em 2003, no Governo Lula; depois, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, no governo de Dilma Rousseff. Entretanto, não serão apresentados aqui os pormenores referentes e às particularidades de cada um desses programas, contudo algumas evidências ajudarão a concretizar afirmativas de que a transferência de recursos públicos à iniciativa privada funde a clara concepção de privatização do Ensino Profissional no Brasil e a concretização da redução do papel do Estado na educação como concretização da interferência do ideário neoliberal na EP. Vale destacar que todos os Programas acima citados tiveram seu foco na empregabilidade, cursos de curta duração e o financiamento do Estado à iniciativa privada.

Uma última evidência é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Este, assim como a pesquisa de Mestrado, em suas diferentes evidências, mostrou com clareza o viés privatista do programa. Programa este que direcionou cerca de 90% dos recursos públicos para instituições privadas. Ainda relacionado a execução do PRONATEC do sul de RO, constatou-se que, em cursos Técnicos, 99% das matrículas se concentraram no SENAC e no SENAI. Todas as informações nos mostram a concretude da privatização da educação quando falamos na retirada do Estado e no Estado contratando instituições privadas para executar seu programa de fomento a EP. Diante dos dados a situação que mais se aproxima da materialidade privatizante é a concessão e a terceirização dos serviços (DI PIETRO, 1996).

Na atualidade, quando olhamos para a BNCC, ao itinerário quinto, referente a Formação Técnica e Profissional, nos questionamos: como o Estado, limitado em recursos humanos, estrutura física e laboratorial irá garantir oferta ensino técnico e

profissionalizante na rede pública? Essa limitação do Estado não irá emanar discursos de direcionamento da EP para a iniciativa privada? Ao tentarmos responder a esses questionamentos, mesmo que ainda empiricamente, nos revela diferentes nuances privatistas e, inclusive, a redução do papel do Estado perante a sociedade, fato que embute claramente as intencionalidades neoliberais na Educação.

Para Moura (2024), a participação e influência dos representantes do capital na educação, imprimem o pensamento empresarial na educação pública. Para o mesmo autor, “[...] o Estado opera para ampliar a oferta de EM na direção de sua universalização (educação para todos!), o que é muito bom, mas, sob a ideologia neoliberal, não há como garantir que essa educação tenha a mesma qualidade para todos” (Moura, 2024, p.16). O próprio discurso empresarial, de parceria entre o Estado e as instituições privadas, é apenas um engodo para a retirada do Estado de suas responsabilidades, a fim de justificar a transferência de recurso público à iniciativa privada. Trata-se, portanto, do Estado criando leis que favorecem o atendimento às instituições privadas e retira gradativamente a sua participação ligada ao ensino. Não é apenas o caso da EP, mas da educação em geral, como afirma Jacomeli (2011, p.121):

Todas essas políticas para a educação brasileira convergem para chegarmos a algumas conclusões: 1. Que vivemos um momento de construção de um consenso em torno das bandeiras sociais da ideologia neoliberal e as políticas educacionais são ferramentas nesse processo; 2. Que o Estado brasileiro, tal qual todos os estados sob o capitalismo, desenvolvem e implementam as políticas públicas sociais, visando o interesse de determinada classe social, qual seja, aquela que detém o controle dos meios de produção e de poder político; 3. Sob o discurso de implantação de uma educação de qualidade que visa emancipar os “cidadãos”, está a implementação de atividades econômicas que subsidiam a iniciativa privada, portanto, é dinheiro público, que vem do povo, da gente comum, financiando e solidificando as empresas capitalistas.

Já para Caetano (2015), a privatização faz parte de “estratégias gerenciais consideradas modernizadoras presentes na proposta de reforma do Estado para diminuir o papel do Estado perante as políticas sociais e a educação pública que se situa no marco referencial dos organismos multilaterais” (Caetano, 2015, p. 02). Além disso, o PRONATEC é um exemplo claro e está arraigado de duplos sentidos, assim como de seus herdados, favorecendo os vínculos com instituições privadas em detrimento da escola pública.

Entretanto, apesar das especificidades de cada um, criados e desenvolvidos em períodos distintos, tais programas se apresentam sob uma mesma conjuntura socioeconômica capitalista, com inúmeras similitudes em suas concepções. Revela-se,

ainda, o processo de desestatização e o viés privatista. Percebe-se, também, que, em cada um dos programas, não há avanços, mas perpetuação de modelos anteriores. Não obstante, o Estado, em sua condição mínima, se torna o agente financiador de instituições privadas, por meio da transferência de responsabilidade e de coeficientes financeiros a empresas para executar trabalhos que antes eram de total responsabilidade do Estado. Nesse rumo, a oferta de educação profissional é uma exemplificação clara desse viés mercadológico adotado pelo governo, visto que se trata de uma transferência de responsabilidade estatal, concedendo a empresas privadas aquilo que seria função do poder público.

Neves (2001, p. 01) também contribui para a compreensão da EP ao afirmar que a “privatização do ensino não se constitui em temática nova no debate educacional”, pois essa pauta sempre esteve presente nos Programas mencionados. Nesse sentido, debater Políticas Públicas é colocar em discussão um leque de questões que influenciam diretamente a educação e que estão carregadas de uma ideologia mercadológica em todos os sentidos.

Em geral, as políticas de formação profissional “[...] são altamente ideologizadas em função do modelo econômico neoliberal, com primazia do mercado aberto ao capitalismo internacional, à privatização dos serviços básicos e à redução do papel do Estado” (Frigotto; Ciavatta, 2003b, p. 52). Dessa forma, no contexto da globalização e do neoliberalismo, justifica-se a necessidade de instauração da reforma do Estado em favor da melhoria das estruturas de organização dos serviços públicos, considerando-se a instância em que o Estado reduz seu papel perante a sociedade. Nesse diapasão, o princípio do Estado mínimo reafirma a necessidade de que ele deve abster-se de exercer algumas atividades e repassá-las à iniciativa privada, que é mais “eficiente” na aplicação dos recursos. Nessa perspectiva, ao Estado cabe o fomento, a coordenação, a fiscalização e, em muitos casos, o próprio financiador de políticas assistencialistas, como ocorre com programas de qualificação, em especial como aconteceu no PRONATEC.

Percebe-se aqui que as políticas assistencialistas, como é o caso do PRONATEC, podem ser vistas como estratégias de efetivação dos princípios globalizantes e neoliberais em garantir uma condição mínima aos indivíduos e no caso da EP, visando garantir uma formação mínima à sua inserção dentro do mercado de trabalho e a empregabilidade. Para nós, assim como Marques e Oliveira (2024), a perspectiva neoliberal privilegia o indivíduo

dissociado da coletividade e do bem comum. Transfere ao indivíduo a culpabilização do sucesso ou insucesso profissional pela qual é submetido a lei de valorização perante o mercado de trabalho. O próprio discurso meritocrático passa a ser evidências de redução da capacidade do estado em implementar sua ação na educação.

No mesmo sentido, Ramos (2015) enfatiza que as políticas para a EP promoveram certa desresponsabilização do Estado tencionando a abertura do mercado via oferta de EP pela iniciativa privada. A desresponsabilização é, então, uma pauta da reforma do Estado que tem oportunizado a entrada da iniciativa privada em grandes níveis na educação como um todo. Assim, a EP, balizada na reforma do Estado, bem com as políticas educacionais de educação, orientada por organismos internacionais, tende a um processo de privatização do ensino em seu sentido amplo. É perceptível, portanto, que as reformas do Estado balizadas pela globalização transformem a EP em um produto do mercado da educação e, a cada momento, se distanciam de uma educação emancipatória, assumindo uma formação alienada e unilateral com um único objetivo: o discurso da empregabilidade.

Considerações finais

É importante destacar que o processo de privatização da Educação Profissional - EP no Brasil é evidenciado nos diferentes programas executados nos últimos setenta anos. Tal ação permite-nos refletir acerca de um contínuo processo de desestatização, considerando que suas raízes são históricas e que tal instância se intensifica em relação ao incremento de posturas ideológicas neoliberais. Nesse sentido, a EP no Brasil nasce com o objetivo assistencialista em que o papel do Estado quase sempre o situam como sendo submisso aos ditames e interesses do mercado e às diretrizes internacionais. Tais diretrizes promovem, de forma direta e indireta, evidente ou implícita, o afastamento do papel do Estado como promotor do desenvolvimento de políticas públicas.

Some-se a isso o fato de que a ideologia neoliberal, com suas raízes assentadas no liberalismo clássico, enfatiza a necessidade da redução do papel do Estado. Assim, o neoliberalismo, impulsionado pela globalização, propaga a ideia de que o Estado é ineficiente e que o setor privado é mais eficaz na promoção do crescimento econômico. Isso resulta em reformas que diminuem a intervenção estatal, incentivando privatizações e transferências de responsabilidade do Estado para o indivíduo. A globalização é apresentada como um mecanismo de integração econômica que disfarça as desigualdades e a exploração resultante da concentração de capital em escala mundial.

Toda essa reestruturação produz uma crise no papel tradicional do Estado, que passa a ser retratado como um obstáculo ao desenvolvimento, com as reformas sugeridas pelos organismos internacionais focadas em facilitar a atuação do mercado. Por sua vez, a lógica neoliberal promove a ideia de que a competitividade e a eficiência do mercado são superiores, levando a uma reconfiguração das políticas públicas e uma maior dependência dos países periféricos em relação aos interesses dos blocos econômicos dominantes. A ideologia neoliberal, portanto, legítima a diminuição do papel estatal, que acaba por corroborar o processo desestatizante presente na Educação Profissional.

Nesse diapasão, as evidências dos diferentes programas, especialmente o PRONATEC, apontam para dados estatísticos e pesquisas que demonstram a precarização histórica da educação profissional brasileira. Diante desse cenário, fica evidente que o discurso de meritocracia e de empregabilidade promovido por esses programas é, na verdade, uma utopia distante da realidade concreta. Portanto, é crucial que nos afastemos de tais falácias e reconheçamos as limitações estruturais que persistem na educação profissional no país.

Enviesado por ideologias neoliberais, a EP, ao invés de se fortalecer como um direito público e universal, foi progressivamente entregue ao setor privado, por meio de políticas que incentivam a terceirização, a concessão de serviços e a utilização de recursos públicos para financiar instituições privadas. Esse movimento, justificado pelo discurso da eficiência e da empregabilidade, desvia a EP de sua função emancipadora, transformando-a em um produto mercadológico, acessível apenas dentro das limitações impostas pelo capital.

Nesse ínterim, a privatização da EP no Brasil não apenas perpetua a dualidade histórica entre a educação básica e a formação profissional, mas também reforça as desigualdades sociais, ao priorizar interesses econômicos sobre a formação integral do cidadão. Desse modo, o Estado, ao abdicar de sua responsabilidade na oferta de uma educação pública de qualidade, consolida um modelo de formação técnica que atende principalmente aos interesses do mercado, marginalizando aqueles que mais precisam de uma educação transformadora e inclusiva.

Referências

AMARAL FILHO, Marcos Jordão Teixeira do. **Privatização no Estado contemporâneo**. São Paulo: Ícone, 1996.

BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasília: **Senado Federal**, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 53.324, de 18 de dezembro de 1963**. Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1963.

BRASIL. **LEI Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências. Brasília: Senado Federal, 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CAETANO, Maria Raquel. Ensino Médio no Brasil e a privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. **Observatorio da Educação**, n. 56, p. 84-99, Ago., 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parceiras na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. São Paulo: Atlas, 1996.

FERMOW, Luis Adriano. **A privatização do ensino profissional: um estudo sobre o Pronatec e sua aplicação no sul de Rondônia**. Porto Velho-RO. 2018. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018. Disponível em: <https://ppge.unir.br/uploads/62248421/diversos/DISSERTACAO%20LUIS%20ADRIANO%20FERMOW.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, v. 24, n. 82, p. 93-130, Abr., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, p. 45-60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

IANNI, Octavio. Globalização e crise do estado-nação. Araraquara: **Revista Estudos em Sociologia**, v. 4, n. 6, 1999. Disponível: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/126/showToc>. Acesso em: 03 mar. 2018.

JACOMELI, Mara Regina Martins. As políticas educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista EXITUS**, v. 01, n. 01, Jul./Dez., 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trab.Educ. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 491-508, Nov./Fev., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/09.pdf>. Acesso em 29 jul. 2018.

KOSIK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: KOSIK, K. **A Dialética do Concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da pobreza**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo fase superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. **Embates marxistas: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal do capitalismo**. Campinas: Librum; Navegando, 2012.

MARQUES, Danielle Araújo; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio e as práticas discursivas neoliberais como instrumentos de subjetivação: o caso dos Documentos Curriculares do Centro-Oeste: o cHigh School reform and neoliberal discursive practices as instruments of subjectivation: Brazil's Midwest States Curriculum Documents caseaso dos Documentos Curriculares do Centro-Oeste. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9095>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: ANPED SUL, SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., Ponta Grossa, 2012. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2012.

MONTALVÃO, Luciano Alvarenga. Do PIPMO ao PRONATEC: história e atualidade das políticas nacionais de formação da classe trabalhadora. **Observatório em Debate**, n. 2, p. 2-26, Dez., 2015. Disponível em: <http://observatorio.ifg.edu.br/index.php/obsdebate/article/view/93/67>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, ano 23, v. 2, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1>. Acesso em: 13 abr. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Privatização do ensino nos anos 90. **Revista Educação**, n. 08, Maio, 2001. <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/EducacaoMII/Texto%205.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

MOURA, Dante Henrique. Contrarreforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017): centralidade das parcerias público-privadas nas redes estaduais de educação do Nordeste (2016-2022). **Revista Cocar**, [S. l.], n. 27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9107>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PIRES, Daniela de Oliveira; BARBOSA, Renata Peres. O capitalismo na era digital e os processos de privatização da educação: análise da reforma do ensino médio e do componente curricular projeto de vida. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e024040, 2024. DOI: 10.24065/re.v14i1.2616. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2616>. Acesso em: 28 fev. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: **CGEE. Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

SANTOS, Simone Valdete dos. Da Educação Profissional para o emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional para a empregabilidade no PLANFOR. In: **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 6., Uberlândia. Anais. Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/columbeo6/anais/arquivos/480SimoneValdetedosSantos.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. (orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e Educação do Campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**. 2010, 405 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

Sobre os autores

Luis Adriano Fermow

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR-RO. Possui Graduação em Pedagogia e em Comunicação Social e Jornalismo também pela UNIR-RO. Possui Licenciatura em Geografia pela faculdade Claretiano. Pós-graduação em Docência para Educação profissional e em Educação à Distância. Atua a mais de quinze anos com Educação Profissional. Atualmente é professor em cursos de graduação em Pedagogia.

Integrante do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR-UNIR).

E-mail: adrianofermow@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8130-6662>

Marilsa Miranda de Souza

Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com Pós-Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR-UNIR).

E-mail: marilsa.miranda@unir.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9043-7510>